

O País poderá obter condição mais favorável

**Do serviço local •
da sucursal**

Economistas e representantes de bancos estrangeiros acreditam que o Brasil poderá obter efetivamente condições mais favoráveis na renegociação da dívida externa, a exemplo do que está sendo feito entre o México e seus credores. Essa melhoria nas bases da rolagem da dívida, prevista para o último trimestre do ano, será consequência dos resultados que forem obtidos pelo Brasil no programa de ajuste econômico e da conscientização dos credores de que os países mais endividados não suportarão o peso do serviço de suas dívidas, principalmente se os juros internacionais continuarem em alta.

Yuichi Tsukamoto, professor da Fundação Getúlio Vargas e diretor da Sharp, prevê que as vantagens em relação às negociações das fases I e II, ocorridas em 82 e 83, se concentrarão principalmente nos prazos, que poderão ser prolongados, em **Spreads** (taxas de risco) menores ou na capitalização parcial de juros. Em relação aos juros propriamente ditos, ele não acredita que haja taxas privilegiadas em relação às do mercado. "Se os bancos fizessem isso seriam pressionados por seus clientes locais para estenderem, também a eles, essas mesmas condições."

Tsukamoto, que retornou ontem de Roma, onde participou de reunião anual da Wharton Econometrics, entidade de pesquisas econômicas presidida por Laurence Klein, prêmio Nobel de Economia, disse que "os países terão de colocar sua casa em ordem para obter vantagens na renegociação". A capitalização parcial dos juros, segundo ele, não representa uma boa solução porque apenas adia os problemas.

Um representante de um grande banco norte-americano comentou que a renegociação da fase III, prevista para setembro e outubro deste ano, será melhor porque aos poucos o Brasil vem apresentando resultados positivos no balanço de pagamentos e no déficit do setor público.

SEM ILUSÕES

Olavo Setúbal, presidente do Banco Itaú, disse, em Brasília, que os países devedores devem ter uma posição realista sobre a negociação de suas dívidas, não assumindo uma solução "Falklands de ilusões e nem submetendo-se a qualquer imposição". Ele comentou que as declarações do diretor do FMI, Jacques de Larosière, de que o Brasil tem cumprido bem o seu programa de ajuste, tem um aspecto retórico que dificulta uma avaliação de seu conteúdo real.

Setúbal afirmou que o limite de negociação para os países devedores é muito pequeno, porque "qualquer vantagem que for obtida já é uma grande vantagem". Ele considerou difícil uma renegociação conjunta dos países da América Latina, ressaltando que há um ponto crítico, que é o México, que, por ser vizinho dos Estados Unidos, tem muitos problemas com a economia americana; esse não é caso do Brasil. O ponto comum entre os devedores latino-americanos, segundo Setúbal, é que todos têm o desejo de pagar menos com prazo mais longo.